

Quadro Analítico: (I)migração para os EUA

Com o intuito de discutir a relação entre a história de vida reportada no capítulo anterior e outros exemplos da experiência migratória, nessa parte do estudo, observar-se-á que o papel da história de vida não é simplesmente uma experiência isolada, ainda que autobiográfica. A relação entre a memória coletiva e a memória histórica pode dar luz a uma face da problemática que pode ser uma forma de reanalisar os componentes presentes no processo migratório. Ademais, a autobiografia possui um lado político significativo, como resposta à massificação dos estudos de processos migratórios que desconsideram a dinâmica dos sujeitos, observando os movimentos em macro-escalas, levando o observador a considerar números no lugar de atores. Por último, cabe demonstrar como outras experiências reverberam alguns elementos demonstrados na história de vida do autor-narrador, através de uma história de vida de um outro sujeito que compartilhou experiências no mesmo lugar e durante o mesmo período, além de análise de outros artigos e autores que estudam o mesmo processo, o de brasileiros nos Estados Unidos.

3.1

A Autobiografia e a Memória

O processo de autobiografia exige o uso da memória do autor-narrador, já que no distanciamento de pelo menos dez anos, é possível que fatos explicativos do processo tenham sido omitidos (propositalmente ou não). Nesse momento, é necessário compreender a memória, alguns dos seus processos e o desenvolvimento da memória individual em uma narrativa que é histórica, e por consequência, geográfica. Existe um caminho nessa discussão trilhado por Maurice Halbwachs (1990), que percebe, primeiramente, a existência de uma memória que é única,

individual, e sendo assim, não haveria interesse em investigá-la. Por outro lado, ao comparar suas memórias e de outros exemplos em autobiografias, Halbwachs compreende que a própria memória individual não é singular em seu sentido total, já que em sociedade, compartilham-se momentos e espacialidades em comum com outros sujeitos — portanto, a memória deixa de ser individual para se tornar coletiva.

A coletivização da memória também não responde à questão sobre o qual se baseia a História, já que o que é descrito como sendo uma historiografia oficial (nesse ponto, para fins de debate, desconsideraremos outras linearidades e propostas historiográficas diversas, holísticas e complexas) é uma conjunção de fatores, acontecimentos sociais com origens e impactos nas vidas de diversos sujeitos, alcançando, muitas vezes, uma escala nacional. Segundo essa visão, a História seria uma arrumação de fatos e espacialidades de interesse regional ou nacional — a construção do tempo enquanto uma estrutura viva, uma simultaneidade de eventos causais de relevância máxima para todos os sujeitos circunscritos aos efeitos desses eventos. Sendo assim, qual seria o papel ou a relevância do sujeito perante a História?

A desconstrução desse arcabouço de estruturas tempo-espaciais está na memória coletiva, naquilo que os sujeitos em sociedade relevam para si como significativas e/ou importantes para o seu cotidiano. É através da História que os sujeitos encontram relação das suas vidas com a “vida nacional”; é através da História que se datam os acontecimentos pessoais que são revisitados na memória coletiva de cada lugar. É através dessa que a segunda tem sentido cronológico: ademais, os fatos podem ser repetidos, recriados independente da temporalidade matriz da nação, mas é pela História que a memória coletiva encontra eco para ser replicada para além do seu lugar original.

Aprofundando a questão da diferenciação da memória coletiva e da memória individual, observa-se que a primeira, nada mais é do que a junção, determinação em sobreposição de elementos presentes nas memórias individuais de um determinado grupo e, portanto são pontos de interseção de vida desses sujeitos. Ainda que os momentos e as espacialidades tenham se coincido, há de se considerar a forma pela qual cada sujeito apreendeu tal experiência, na qual pode ser distante a ponto de um observador externo acreditar que ou se trata de eventos distintos, ou que há falsidade em um dos depoimentos (ou ambos).

A diferenciação na forma de relatar, reflexo da forma como foi lembrado o evento nas memórias individuais dos sujeitos envolvidos, dá-se, segundo Halbwachs, por uma série de elementos (pp. 72-78). Pode-se imaginar que simplesmente, entre dois sujeitos, um tenha esquecido parte do evento em questão — talvez porque um dos sujeitos não tenha dado a devida importância ou desconsiderou que pudesse haver relevância no fato. É também possível que um dos sujeitos não tenha conseguido relacionar os momentos que construíram o evento total, talvez pela sua incapacidade pessoal, sua não percepção do momento histórico (a História); talvez um dos sujeitos tenha conseguido preencher partes do seu relato com lembranças coletivas sobre o fato, dando a esse, maior veracidade nos detalhes por ter sido-partilhado com outros sujeitos. De todo modo, o contraste entre as versões, se não comparadas em termos de veracidade e autenticidade, constroem uma terceira meta-narrativa, que pode explicar os fatos experimentados através da sua complementaridade — e no caso de convergências, a importância de um momento em especial.

Sobre essa dinâmica entre as memórias e a História, o autor levanta que:

"Em realidade, no desenvolvimento contínuo da memória coletiva, não há linhas de separação nitidamente traçadas, como na história, mas somente limites irregulares e incertos. [...] A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta. Não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença e de antigas figuras. É porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram [...]". (Halbwachs, 1990: 84)

Como por necessidade de incluir pelo menos uma outra visão do mesmo processo experimentado pelo relato da história de vida do capítulo anterior, obteve-se uma narrativa de outro sujeito presente no mesmo momento e lugar em que o autor-narrador esteve: S., na época com 21 anos de idade, natural de Pernambuco, viveu no início da experiência relatada a seguir, no apartamento ao lado do autor-narrador da história de vida descrita no capítulo anterior, com um processo diferenciado na adaptação, permanência e plano de vida. Na próxima seção, acrescenta-se sua história de vida conforme nos foi enviado.

3.2

História de Vida: S.

A história de vida abaixo relatada foi recebida em 22 de outubro de 2015, via correio eletrônico. Para a confecção desse relato, os personagens principais da história de vida reportada no capítulo anterior foram contatados, primeiramente, através de mídias sociais e, os que responderam positivamente querendo participar dessa pesquisa, receberam mais informações através do correio eletrônico disponibilizado. *A posteriori*, outras pessoas que também estavam nos Estados Unidos no mesmo lugar e tempo do autor-narrador, foram convidados a participar desse estudo. No total, seis pessoas foram contatadas, no entanto somente duas se dispuseram realmente a participar dessa pesquisa.

Para essas duas pessoas, foram enviadas informações gerais acerca dessa pesquisa: objeto e objetivo, expectativas em relação ao resultado desse estudo, além de um guia resumido do processo de construção da narrativa da história de vida e o exemplo feito pelo autor-narrador, a fim de que eles pudessem ter alguma referência de formato, caso necessitassem. Até o final do mês de outubro de 2015, somente uma pessoa havia enviado o seu relato. Abaixo, segue, na íntegra, a história de vida de S. A história não sofreu qualquer tipo de edição, exceto de revisão no uso da língua.

Meu nome é S., tenho 31 anos e sou filha de M. e J.. Nasci em Recife-PE e com poucos dias de vida, fui morar em uma cidade no Pará, chamada Itaituba. Com pouco mais de 2 anos, nós nos mudamos para uma ilha particular, a aproximadamente 60km de Recife, onde havia uma fábrica de cimento; só morava na ilha quem trabalhava na fábrica. Tive uma infância maravilhosa, com direito a brincadeiras que as crianças de hoje em dia não fazem ideia de como eram...

Aos 10 anos fui estudar em uma cidade próxima e todos os dias às 5h, meu pai me levava ao ponto do ônibus que levava os estudantes da ilha para essa cidade, chamada Goiana. Ficava a 30 minutos dali. Aos 13, fui morar em outra cidade, chamada Caruaru, onde eu e minha irmã moramos dois anos com os nossos avós maternos e onde pudemos estudar no mesmo colégio dos nossos pais e na mesma turma dos filhos de seus colegas da época. Aos 15, fomos morar em Olinda e até aqui já deu para perceber que mudar de cidade, de casa e fazer novos amigos, nunca foi um problema para mim...rs

E então, aos 18 anos, quando eu estava no segundo período da faculdade de turismo, minha prima, que já tinha trabalhado nos EUA por

meio desses programas de trabalho no exterior, me ligou, avisando que o amigo dela, que era dono de uma dessas empresas de intercâmbio, havia avisado sobre a nova temporada de trabalho em resorts em Phoenix, Arizona. A vaga era para ser camareira. Eu fiquei super empolgada e falei com os meus pais sobre essa possibilidade. Minha mãe não foi a favor, já que eu tinha acabado de entrar na faculdade, ainda no segundo período, além do valor que teria que ser pago. Porém, na mesma noite, meus pais me chamaram para conversar e falaram que seria sim uma ótima experiência de vida, e que iriam pagar o meu programa. Porém, que era importante eu pensar se era isso mesmo que eu queria, já que era para ser camareira, e se eu ia querer sair do conforto da minha casa, onde tinha secretária do lar e lavadeira, para limpar quartos de hotel. Eu nem precisei pensar... eu queria sim ir!

E fui... foi maravilhoso, conheci muitas pessoas especiais, e de quem continuo amiga até hoje, mais de 10 anos depois.

No início foi difícil, porque como eu não estava acostumada com esse tipo de trabalho, mas logo entrei no ritmo e em pouco tempo, estava perita na arrumação dos apartamentos. Havia as supervisoras de andares, as que ajudavam a limpar e, com todo carinho, corrigiam se algo estivesse errado, e aquelas mais rudes, que já eram mais inflexíveis... mas tudo foi muito importante para que cada dia eu me tornasse uma camareira melhor.

Cada camareira tinha o seu próprio carrinho e em cada andar, havia uma sala onde ficava todo o material para a limpeza dos apartamentos. Antes de iniciarmos a limpeza, tínhamos que arrumar o carrinho com a quantidade de lençóis, toalhas e todo material de que fôssemos precisar. Várias vezes, eu me peguei ali, montando o meu carrinho, juntamente com jamaicanas e mexicanas, e pensando como o mundo dava voltas... Eu ali, montando um carrinho em um resort em outro país e prestes a iniciar um dia de trabalho, limpando aproximadamente 8 apartamentos.

O programa foi de 9 meses e voltei para o Brasil em julho de 2004. Em outubro, retornei aos Estados Unidos através do mesmo programa e para o mesmo resort, mas dessa vez, para trabalhar no Spa. Mais nove meses de trabalho, mas dessa vez em funções mais tranquilas e ganhando uns dólares a mais por hora também.

Voltei para o Brasil em julho de 2005 e essa experiência lá fora só abriu as portas para mim. Duas semanas depois, eu já estava empregada em um hotel em Olinda, trabalhando como recepcionista bilíngue. Em outubro de 2006, fui contratada como gerente geral de uma pousada de Charme também em Olinda. Pouco mais de dois anos depois, cheguei a Chefe de recepção de um hotel de uma rede portuguesa em Recife. Três anos depois, eu me mudei para SP, para começar a trabalhar como comissária de bordo. Ter ido trabalhar fora foi mais do que uma experiência profissional; foi uma experiência de vida.

É possível determinar uma diferença significativa entre essa história de vida e a anterior; é plausível reconhecer que, ainda que as diferenças se destaquem, há pontos de interseção entre essas experiências.

Poderíamos nomear o estágio inicial dos relatos os exemplos da formação da experiência migrante na infância/adolescência. Se por um lado, a primeira história demonstra uma vontade, um desejo de migrar do relator, a segunda história nos leva a ver que S. vivenciara o processo migratório desde cedo em sua vida, através das mudanças impulsionadas pela empregabilidade de seus pais. Enquanto para um o processo era uma experiência fictícia, para ela era a realidade de seus primeiros anos de vida.

Outro ponto de convergência entre as histórias de vida aqui relatadas foi a relação entre a empregabilidade do programa de trabalho nos Estados Unidos ligada a agência de intercâmbio, uma prática comum entre empresas que oferecem esse serviço de agenciamento laboral. Mascara-se o real aspecto da busca por trabalhadores qualificados para funções chamadas “simples”, ou “braçais”. Em ambas as experiências, os indivíduos estavam cursando o nível superior e foram colocados em funções sem necessidade de uso do seu conhecimento técnico — mesmo no caso de S. que, como futura turismóloga, trabalhou como camareira na sua primeira temporada.

S. é mais sutil ao tratar do valor a ser recebido pelo trabalho prestado, mas relata que, na sua segunda temporada, “[*foram*] [*m*]ais nove meses de trabalho, mas dessa vez em funções mais tranquilas e ganhando uns dólares a mais por hora também”. Denota-se a iniquidade desse sistema contratual, pois no Brasil prometem-se aos trabalhadores valores e condições que não são cumpridas no local de trabalho nos EUA.

Nos antagonismos, S. teve sua experiência dividida em dois momentos (desconsiderando a fase inicial, na infância/adolescência): uma temporada de nove meses, de outubro de 2003 a julho de 2004 e uma segunda temporada, também de nove meses, de outubro de 2004 a julho de 2005. Na primeira história de vida, a experiência inicia-se em outubro de 2003 e termina em fevereiro de 2006. Outro aspecto é que na segunda história de vida, a autora se mantém atrelada à empregabilidade oferecida pelo programa, mantendo-se fiel ao mesmo, não buscando outras fontes de renda além do trabalho no JW Marriott Desert Ridge.

Como vimos, essa não é a realidade do narrador-autor do primeiro relato, pois ainda durante o seu contrato inicial com o resort, buscou um segundo emprego para completar a renda e, após o término da temporada oficial, manteve-se nos Estados Unidos trabalhando em um outro restaurante (Saba’s Mediterranean Cuisine).

Podem-se destacar ainda mais diferenças, mas com o propósito de buscar uma melhor compreensão do relacionamento dessas histórias de vida, faz-se mister nesse momento reestabelecer uma conexão muito maior do que o simples jogo de erros e acertos entre esses dois relatos.

Do ponto de vista teórico, é perceptível na história de vida de S. , o papel da formação do processo migratório através das redes às quais ela se submete, conforme visto em Saada (2000, p. 36) quando essa descreve o pensamento de Sayad:

“He thus moved beyond the reassuring and, at the time, dominant image of the ‘worker immigrant’ (le travailleur immigré) — a figure without history or goals other than work, a man, in short, without qualities. With his careful emphasis on individual trajectories, Sayad proved to be a resolute empiricist in the sense that Max Weber described in insisting upon the need for ‘interpretative sociology [to consider] the individual and his action as the basic unit, as its ‘atom’ ...’ Much of the interest of Sayad’s work lies in his attention to the ‘effects of composition’ of these atoms, according to which the accumulation of individual trajectories produces a collective movement which, in turn, modifies the environment in which those individual trajectories occur. The process, he suggested more than once, could be compared to the accumulation of a ‘pile of sand’”.

Tais palavras nos levam a crer que a trajetória inicial de S. a levou a compreender o papel das redes no processo migratório, experimentado por ela na infância/adolescência por conta do seu núcleo familiar. A consequência foi a relativa proximidade dela com a rede que lhe deu suporte para a sua (i)migração (p. 58):

“E então, aos 18, quando eu estava no segundo período da faculdade de turismo, minha prima, que já tinha trabalhado nos EUA por meio desses programas de trabalho no exterior, me ligou, avisando que o amigo dela, que era dono de uma dessas empresas de intercâmbio havia avisado sobre a nova temporada de trabalho em resorts em Phoenix, Arizona. A vaga era para ser camareira. Eu fiquei muito empolgada, e já falei com os meus pais sobre essa possibilidade.”

A continuação desse relato cabe perfeitamente nas observações de Truzzi (op. cit, p. 203-205) no papel da família como estratégia para o financiamento da empreitada (i)migratória, demonstrando o caráter relacional dos familiares com o processo migratório, conforme descrito por S.

3.3

História de Vida: M.

Essa terceira e última história de vida foi recebida no dia 08 de fevereiro de 2016, igualmente por correio eletrônico. Ela foi escrita originalmente em inglês pela autora M. e versada para o português. Há poucas reformulações no texto, com o intuito de clarear a versão em português.

Após as negativas daqueles que compartilharam a história de vida do autor-narrador, buscaram-se outros brasileiros que, vivendo nos EUA, pudessem ter tido alguma experiência próxima àquela narrada anteriormente. Sendo assim, chegou-se a M., irmã do autor-narrador, que ainda vive nos EUA, no estado de Maryland, na Costa Leste.

Igualmente para ela, foram enviadas informações gerais acerca dessa pesquisa: objeto e objetivo, expectativas em relação ao resultado desse estudo, além de um guia resumido do processo de construção da narrativa da história de vida e o exemplo dado pelo autor/narrador. Seu relato se encontra abaixo:

Sou filha de L. e Z., ele um bancário aposentado e ela uma dona de casa. Meus dois pais têm nível superior, o primeiro em Economia e ela em Administração de Empresas. Eu também tenho dois irmãos: L¹., que é quatro anos mais velho do que eu, e L²., que é um ano e dez meses mais velho. Apesar de ter percebido que eu sempre tivera alguns privilégios com os meus pais porque eu era a mais nova e a menina da família, eu acredito que amadureci mais rápido do que os dois.

Nossa família viveu a maior parte do tempo em Pendotiba [bairro da cidade de Niterói, RJ], onde eu tenho a maior parte das minhas lembranças de infância. Vivíamos em uma casa muito bonita e enorme, que meu pai construiu de acordo com as necessidades de nossa família. Minha mãe finalmente tinha um closet como ela sempre sonhara! Dos quatro quartos, eu tinha uma suíte que ficava no final do corredor. Meus irmãos dividiam um quarto.

A casa era localizada em um condomínio residencial, onde eu cresci com outras 30 crianças com idades próximas das nossas. A conveniência e a segurança do ambiente em que vivíamos nos permitia brincar nas ruas, jogar futebol no chão de paralelepípedos e cantar karaokê na garagem de algum vizinho. Através desses amigos fomos expostos ao mundo inteiro — meu sonho era conhecer culturas diferentes fora do Brasil.

Lembrar da vida que tive, da minha infância e adolescência me faz pensar que nós vivíamos uma utopia. Nós morávamos em uma casa que não tínhamos como manter, numa realidade que não podíamos ter e sonhos que

não podiam ser concretizados. Um dia meu pai teve uma chance de mudar tudo isso.

Um dia, fomos todos chamados ao quarto dos nossos pais para uma conversa séria. Era uma conversa importante, que me deixou um pouco assustada, mas não tinha como fugir do assunto. No fim, decidimos que nosso pai realizaria seu sonho de abrir um negócio e, para que isso fosse possível, nós tínhamos que arcar com as consequências e ter mais responsabilidade. Nós todos concordamos que era tempo de começar a viver de verdade e que nós éramos crescidos o suficiente para deixar a utopia que nós estávamos vivendo e ir para o Brasil real, em que só meu pai estava vivendo.

Eu comecei a trabalhar quando tinha 15 anos, durante o verão de 1998 na Papelaria Icarai, como balconista. A papelaria era uma das mais importantes da cidade e os donos eram nossos vizinhos (Sr. J. e D. R.). Felipe, filho do casal, fez intercâmbio para os EUA quando ele tinha 16 anos e era o mais velho da nossa turma de amigos.

Nós vimos muitos de nossos vizinhos viajando para fora do Brasil, alguns para os EUA, outros para a Europa e até mesmo para a África do Sul. Nós sabíamos que nunca poderíamos bancar tais viagens. Toda a influência da mídia e também do meu irmão mais velho em aprender sobre bandas de rock estrangeiras, artistas de Hollywood e a língua inglesa em geral gerou uma expectativa, mas que era bem distante de mim ainda.

Meus pais trabalhavam duro para preparar nós três para o mundo, protegendo-nos dentro de uma bolha feita de fé católica e uma realidade falsa. Quando eu estava no 4º Ano do Ensino Fundamental eu comecei a ter aulas de inglês no curso Instituto Brasil-America. Lá, professores brasileiros que nunca estiveram fora do país ensinam os alunos como falar, ler e escrever em inglês. Apesar de nunca ter uma ideia da diferença entre um não-nativo de um nativo da língua, hoje posso dizer que os métodos de ensino foram ineficazes.

Por conta de frustrações e interesses em outros assuntos, eu pedi aos meus pais para não continuar mais nas aulas de inglês quando eu estava no 7º Ano do Ensino Fundamental. Meu irmão mais velho era quase fluente, e meu irmão do meio parecia gostar das aulas também. Meu interesse estava em esportes e meninos, mais especificamente, nos meninos da banda Backstreet Boys. Eu comecei a amar a ouvir essa banda americana, especialmente junto com as minhas amigas, apesar de entender somente umas poucas palavras do que eles estavam cantando.

Depois que eu terminei o Ensino Médio, em 2001, minha mãe viu um anúncio numa revista sobre uma agência que oferecia empregos nos EUA para jovens brasileiros. Meus irmãos e eu vimos a oportunidade de finalmente conhecer a cultura e a língua dos EUA. Naquele momento, meu pai ainda tinha algum dinheiro da indenização [que ele tinha ganho do antigo emprego no banco] e tinha condições financeiras de bancar a viagem para um dos meus irmãos e eu.

Eu tive que fazer um teste de nível de inglês na agência e escolher a área em que eu gostaria de trabalhar num parque de diversões. Por conta da minha aptidão com esportes, eu pedi para estar no Parque Aquático como salva-vidas. Nenhuma das competições esportivas que eu havia praticado anteriormente poderiam ter me preparado para essa experiência. Dessa vez eu iria viver por seis meses em um país estrangeiro como uma adulta, do meu

jeito. Com isso em mente, eu me convenci de que eu era melhor do que qualquer pessoa que eu conhecia e que já havia estado nos EUA. Como uma adulta, eu seria capaz de conhecer a cultura americana muito melhor do que como uma criança.

Uma coisa que eu tinha certeza era de que eu precisava de um tempo longe do Brasil. Eu estava triste por ter terminado meus estudos, por ter perdido meu ciclo de amizades e por ter sido demitida do meu emprego dos sonhos no mesmo dia da formatura na escola. Eu sabia que sair por um tempo iria me ajudar a aprender como lidar com essas situações e eu iria ter um tempo para mim mesma.

Para minha surpresa, minha família e meus amigos mais próximos estavam muito emocionados no dia da minha partida. Eu me lembro de ter dito a todos eles que seriam somente seis meses e que eu estaria logo de volta, mas de algum jeito eles podiam prever o meu futuro e demonstraram um grande pesar com a minha despedida. Hoje, a memória desse dia parece como um borrão na minha mente. Eu só me lembro da chegada aos EUA e da ida para o Six Flags America, com um grande grupo de 90 brasileiros contratados como eu para trabalhar lá.

Todos nós iríamos viver no mesmo condomínio. Alguns se conheciam, mas a maioria era de completos estranhos entre si e com a situação. A maior parte dos novos imigrantes estava entre 18 e 24 anos, e originavam-se de várias partes do Brasil. Os cariocas tinham seu jeito próprio. Os paulistas eram mais reservados, mas eram amigáveis. Os mineiros eram os mais brincalhões, misturando-se com todos. Eu acho que todos tinham uma coisa em comum: tinham a certeza de que seria muito bom estar ali! Somente uns poucos eram fluentes em inglês e eu não era uma dessas pessoas. A cada instrução, treinamento ou teste eu precisava da colaboração e do esforço de outras pessoas.

Em menos de três meses nos EUA, eu arrumei um namorado americano. Eu não sabia muito bem a língua e ele não falava nada de português. Meu melhor amigo na ocasião era meu pequeno dicionário português-inglês-português. Ele foi meu primeiro namorado. Eu estava cada vez mais apaixonada e, para estar mais com ele, eu me distanciei dos outros amigos brasileiros. Depois, eu acabei percebendo que essa distância foi essencial para que eu me tornasse fluente na língua de forma bem rápida.

Meu visto temporário de trabalho iria expirar em 31 de outubro de 2002. Em setembro, eu decidi por continuar vivendo nos EUA. Eu tentei estender meu visto através da faculdade comunitária próxima de onde eu vivia, mas o semestre já havia começado. As duas únicas opções que eu tinha eram voltar para o Brasil ou permanecer ilegalmente. Eu decidi ficar mesmo assim.

Eu não gosto do termo ilegal porque fica implícito uma atividade criminosa, e eu não havia feito nada de errado. Eu não havia machucado ninguém ou obtido alguma vantagem. Pelo contrário, eu decidi ficar, misturando-me com a cultura e a sociedade americanas como uma cidadã ativa e participante. Eu era voluntária em uma escola pública de Ensino Básico uma vez por semana, eu doava sangue quatro vezes por ano para a Cruz Vermelha Americana, eu pagava todos os meus impostos (ainda que eu não pudesse me beneficiar deles), e me mantive longe de qualquer confusão com a polícia.

Para permanecer aqui eu tinha que encontrar um emprego que pudesse me dar condições financeiras para sobreviver. Eu fui apresentada para C., uma gerente geral brasileira da rede de pizzarias Domino's. C. era alta e forte como eu e, talvez por conta disso, ela tenha me contratado para ser a sua assistente administrativa. Eu não falava inglês bem o suficiente para gerenciar um negócio, mas eu queria aprender e ela sabia disso.

No meu novo emprego, eu tinha que aprender como gerenciar uma empresa, ser capaz de fazer os pedidos (pizzas, frango frito e sanduíches), além de aprender espanhol, já que a maior parte da minha clientela era de hispânicos. Meu horário de trabalho era em torno de 60 a 80 horas semanais, sob neve, granizo, doença ou qualquer outra coisa. Eu sabia que esse era o único tipo de emprego que eu conseguiria por conta do meu estado migratório.

*Para piorar, meu primeiro e único amor, a razão pela qual eu decidira ficar ilegal, me abandonou depois do Natal e do Ano Novo, o primeiro longe da minha família. Também foi **nesse** momento que eu vi neve pela primeira vez. Apesar de ser uma linda imagem — ver e sentir os flocos de neve caindo — esse fato também me traz lembranças ruins de solidão e depressão.*

Depois de um tempo, eu refleti que a minha decisão de ficar nos EUA fora influenciada também pelo jeito como os homens me viam aqui. No Brasil, a maior parte das mulheres precisa estar dentro desse estereótipo, de um corpo ideal que eu não tenho. Eu tinha dificuldade em achar roupas, sapatos e de vestir um bikini na praia com minhas amigas. Nos EUA eu não só era aceita, mas também admirada por ser quem eu era. Depois do B. (o primeiro namorado) tive outros, de várias partes do mundo, como Armênia, México, Moldávia e Canadá, e de diferentes etnias, como afro-americanos e caucasianos.

As pessoas me perguntam o tempo todo onde eu aprendi inglês e a minha resposta é sempre “nos primeiros 18 meses desde que eu cheguei nos EUA”. Eu só sei disso porque eu me lembro de ouvir no rádio do carro o locutor contar uma piada e eu rir! Foi quando eu percebi que eu não só sabia a língua, mas eu também entendia a cultura!

Pulando para 2008, eu comprei um apartamento na cidade de Columbia, Maryland. Tem dois quartos, um banheiro, é próximo das estradas de acesso às principais cidades da região e estamos localizados no melhor distrito escolar de Maryland!. No mesmo ano, eu ganhei o melhor presente que uma pessoa pode ganhar: meu cachorro. Dexter foi meu primeiro cachorro na vida e eu não tinha ideia de como cuidar dele; eu mal sabia que, no futuro, ele também cuidaria de mim. Esse foi o momento da virada de sucesso na minha vida.

Também em 2008 eu conheci o meu marido trabalhando na Pizzaria Domino's. Ele era meu empregado. Nós namoramos por uns seis meses antes de decidirmos nos casar. Em janeiro de 2009, eu tive um sonho que eu estava me casando com ele. Então eu liguei para ele e pedi que ele viesse a minha casa porque eu tinha algo sério para conversarmos. Foi então que eu pedi a ele para se casar comigo. Essa não foi a forma pela qual eu imaginei que estaria me casando, mas já fazia sete anos que eu não via minha família e estava ficando cada dia mais difícil [ficar longe de todo mundo], especialmente na proximidade das festas de fim de ano. Ele me disse que

tinha pretensões de me pedir em casamento em um futuro próximo. O problema é que ele sabia que eu não o amava.

Nós fizemos tudo de acordo com os protocolos: tiramos fotos do nosso noivado, tivemos nossa lua-de-mel agendada, licença para casar em mão para que tudo acontecesse direitinho. A única pessoa da minha família presente no meu casamento foi meu irmão L², e além dele, só havia o juiz de paz, o fotógrafo, meu novo marido e eu. Houve uma pequena recepção para nós e os amigos mais próximos com um bolo, depois do cartório, na casa da minha sogra. Depois, saímos para a nossa lua-de-mel de três dias num chalé em Luray Caverns, Virgínia.

Depois da cerimônia oficial, nossa vida juntos realmente começou. Nossas diferenças culturais e etárias eram enormes, mas nós conseguimos superar tudo por três anos. Durante esse período, nós viajamos para o Brasil juntos, e uma outra vez eu fui sozinha. Eu ganhei uma viagem para as Bahamas por conta do trabalho e nós fomos juntos. Nós também íamos a alguns shows juntos e, às vezes, fazíamos pequenas viagens para a praia, em Ocean City, Maryland.

Além de um casamento tumultuado, nós sofremos o impacto da baixa da economia entre os anos de 2009 e 2011. Meu marido não conseguia se manter empregado e a depressão dele e as frustrações começaram a balançar um relacionamento que já era problemático, de tal forma que tudo se tornou incontrolável. Eu sugeri aconselhamento de casais ou individual, conversas com nosso pároco ou qualquer outra coisa que ele aceitasse, mas ele não via qualquer problema no nosso relacionamento. Naquela época, eu estava tomando anti-depressivos e me aconselhando com um terapeuta uma vez por semana para manter um nível tolerável de sanidade.

Em julho de 2013, eu passei a não tolerar mais o comportamento alcoólico e a falta de compromisso com o nosso relacionamento. Ele saiu de casa e eu me tornei solteira novamente, mas agora eu já tinha meu Green Card. Minha primeira reação foi ir à Quebec, no Canadá, para rever um antigo namorado. Eu tinha que sair dali e me sentir amada novamente. Apesar de ter sido bom rever o G., eu estava destruída por dentro e a única coisa que eu realmente queria era um tempo sozinha, e aí eu voltei para casa.

Para me manter ocupada, eu comecei a frequentar a faculdade comunitária mais próxima da minha casa. Eu percebi que estava amando novamente. Estudar era minha forma de escapar da realidade e que o mundo era muito maior e estava abrindo-se para muito mais oportunidades que eu nem havia percebido ainda.

Nessa época, meus pais já tinham ido me visitar umas poucas vezes, e o interesse deles em morar aqui cresce cada vez mais. Para mim, eu só queria que eles tivessem orgulho de mim e vivessem com conforto em um lugar seguro. Infelizmente, o Rio de Janeiro não oferece a qualidade de vida, que uma pessoa pode ter, vivendo aqui. De um jeito ou de outro meu núcleo familiar já viveu nos EUA por um tempo e todo mundo gostou muito.

Quanto mais o tempo passa, eu fico sabendo de coisas do Brasil que eu deixei para trás, o país que meus familiares chamam de lar. Mas quanto mais eu sei, menos vontade eu tenho de voltar. Eu queria que as pessoas pudessem se envolver verdadeiramente umas com as outras, podendo confiar umas nas outras e se comprometendo com aquilo que elas dizem umas para as outras. A cultura da malandragem é tão enraizada que brasileiros gostam de tirar

vantagem uns dos outros até fora do país, porque eles têm medo de perder os pequenos privilégios que conseguiram conquistar com o tempo.

Minha história de imigração não é típica, tampouco é incomum. Algumas pessoas se naturalizam através de outros meios, como vistos ou pedidos de asilo, ou ainda através de processos de reunião familiar. Eu só posso falar pela minha história porque eu vivi cada minuto dela. Hoje, eu estou quase terminando minha graduação em Administração de Empresas pela Towson University; sou a gerente geral da Capturity, uma pequena empresa de tecnologia localizada próxima a Baltimore, Maryland; e por último, hoje sou uma orgulhosa cidadã americana.

De certa forma, essa história de vida é mais próxima da história contada pelo autor-narrador e permite várias aproximações: origem do processo migratório se dá na vontade de experimentar novas culturas; a migração em si se dá através de uma empresa do ramo de turismo e intercâmbio; havia um plano para permanecer nos EUA. Muitas das formas de sobrevivência e permanência adotadas nessa história de vida se assemelham com a anterior (de S.) e com a do autor-narrador: crê-se que como os processos se iniciaram de forma semelhante, as oportunidades de permanência tenham sido parecidas, ainda que em espaço e tempo não coincidentes. Igualmente é importante salientar que, também nessa história de vida, a qualificação da (i)migrante em nada era aproveitada para a função que ela exercera; a segunda empregabilidade, ligada com a formação de uma nova rede social, também em nada tinha relacionamento com a qualificação de M. no Brasil.

Em contraposição à história de vida do autor-narrador, é marcante a questão já mencionada da espacialidade (ela foi para o estado de Maryland, enquanto o autor viveu no Arizona) e da temporalidade (o processo de M. iniciou-se antes da do autor). Além desses elementos, M. saiu do programa de intercâmbio para ser assistente de gerente de uma rede de pizzarias, enquanto o autor recomeçou sua vida como auxiliar de cozinha — a diferença funcional também se correspondia no nível salarial de ambos. Finalmente, é interessante a disposição de M. em recomeçar os estudos acadêmicos, coisa que o autor-narrador só fez no regresso ao Brasil.

Complementando a análise a ser feita dessa história de vida, é perceptível que M. migra nas redes de apoio, começando com aquela que a levou para os EUA — a empresa formal, a rede “oficial” — para reconstruir seus laços em atividades voluntárias e laborais de indivíduos que já habitavam o novo Lugar — uma nova rede. De acordo com Truzzi (op.cit., p. 203):

“[...] Redes migratórias podem ser definidas como ‘complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade’. Outra definição acentua algumas das funções sociais das redes, ao defini-las como ‘agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos’”.

Isso explica a análise acima, na qual ela muda de rede de acordo com as suas novas necessidades e interesses. Essa mudança pode ser interpretada sob a luz de Sayad (op. cit., p. 36). Em *Elghorba*, o autor descreve a história de vida de *Mohand A.*, jovem (i)migrante que chega à França e se depara com a dicotomia do que ele havia conhecido da França antes de chegar e o que ele viveu no Lugar de Destino. Segundo sua fala, o jovem declara que *“nunca nos explicam a França como ela é antes que a conheçamos”*. Esse tipo de visão denota que a vida em um novo Lugar não pode ser totalmente traçada de antemão, forçando (i)migrantes a encontrarem formas de adaptação. Essas adaptações podem e geralmente incluem uma mudança na rede social inicial, já que tanto na história de vida do autor-narrador e nessa última, as redes foram acrescidas de novos indivíduos, novas relações sociais. Essas adições podem ser compreendidas como adequações que o (i)migrante faz em suas relações em busca da conquista do objetivo de permanência, elemento que transforma a sua visão com o espaço habitado, com o Lugar de Destino. Ainda assim, essa adaptação social não é garantia de permanência, já que, como aponta novamente Sayad (op. cit, p. 46):

“[...] Impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente, ou, o que dá na mesma, de um estado que só é admitindo ora como provisório (de direito), com a condição de que esse ‘provisório’ possa durar indefinitivamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse ‘definitivo’ jamais seja enunciado como tal. E, se todos os atores envolvidos pela imigração acabam concordando com essa ilusão, é sem dúvida porque ela permite que cada um componha com as contradições próprias à posição que ocupa, e isso sem ter um sentimento de estar infringindo as categorias habituais pelas quais os outros pensam e se constituem os imigrantes, ou ainda pelas quais eles próprios se pensam e se constituem”.

Tal citação ainda nos permite refletir o fato da naturalização de M. e a adoção da língua inglesa como sendo sua principal (para lembrar: sua história de vida foi escrita originalmente em inglês e por nós traduzida) como sendo fatores os quais a inserção social de M. na sociedade americana se dá mais profundamente do que o que aconteceu com o autor-narrador. Adicionamos o fato da duração das

experiências aqui comparadas (mais de 10 anos para M., enquanto o autor-narrador permaneceu dois anos e meio nos EUA) como outro fator possível que explica a diferença da inserção e mescla social, na qual M. obteve aparente maior profundidade. Salienta Sayad que *"a presença do imigrante é uma presença estrangeira, ou que é percebida como tal"* (p. 18, grifo do autor), e portanto, ainda que M. tenha se naturalizado ela carregará em si o estigma do outro, do *outsider*, do (i)migrante. Sua experiência é compartilhada com outros — brasileiros ou não — que criam visões sobre a permanência dela nos EUA, contribuindo para o seu objetivo de permanência porque acreditam que M. é compatível com o papel ao qual ela se presta a fazer, ao trabalhar entre 60 e 80 horas diárias em uma pizzeria. É interessante perceber a falta de novos elementos sociais na narrativa de M. quando ela começa a se referir à mudança de seu *status* imigratório, na aquisição do Green Card e no retorno aos estudos acadêmicos.

3.4

O Papel do Sujeito (I)migrante

A construção de um quadro analítico entre as histórias de vida até aqui coletadas permite revisitar Halbwachs, quando esse trabalha com a ideia que as memórias individuais não se anulam nem se contradizem, mas juntas constroem o arcabouço da memória coletiva. É a junção, justaposição das histórias de vida coletadas, que dá uma melhor percepção do quadro geral experimentado tanto por um quanto pelo outro (i)migrante. De certo, não é de se estranhar que partes das histórias contenham ponto de vistas mais animadores do que outros, de um narrador para o outro. É a forma pela qual os acontecimentos se configuram diante das pessoas, e pela forma como esses reagem a esses momentos que a construção dos humores se dá de forma mais ou menos positiva — nada mais subjetivo do que isso!

No entanto, nessas histórias aqui demonstradas e em qualquer outra história de vida relacionada ao processo migratório, é plausível determinar uma carga de resultante social, de ação política. Compreende-se como essa ação sendo ocasionada *“pelo auto-posicionamento das pessoas em dimensões sociais nas quais*

comumente se reconhecem como sendo de direita ou de esquerda” (Martin e Desmond, 2010). Em adição, considera-se a importância dos relatos, já que esses *“são um produto fragmentado de uma mente sobrecarregada pelos fatos que ainda não se deram por completamente compreendidos ou lembrados... eventos que se encontram em excesso dentro dos nossos próprios parâmetros de referência”* (Shoshana Felman apud. Cohen-Cruz, 2006, p. 103). De fato, o papel de uma narrativa traz em si uma carga política, já que a questão política não precisa estar diretamente ligada com o conteúdo, mas o fato de narrar suas experiências coloca os narradores das histórias de vida em posição de compartilhá-la, e com ela, influenciar outros sujeitos em seus processos migratórios (Cohen-Cruz, idib.).

O trabalho da construção da narrativa, da história de vida é complexo, já que na maior parte das vezes os sujeitos não reconhecem a importância de suas histórias se comparadas com o modelo da História oficial, ou como levantamos anteriormente, da memória histórica. É através desse último que, ao construir os elementos que serão resguardados do esquecimento, imputa-se a concepção que o que está fora dessa lógica é passível de esquecimento e descaso. Entretanto, é na narrativa do sujeito, do indivíduo, da célula social que se visualiza o efeito político dos elementos históricos a serem preservados como distintivos da identidade nacional: o sujeito reconhece-se na memória histórica, mas também demonstra uma contraposição/complementaridade com a mesma, ao desfiar seus desafios pessoais na sua construção identitária.

“A filósofa Adriana Cavarero vê o papel central da testemunha, exemplificado anteriormente no caso do adolescente [...], como se estivesse narrando uma nova história para o próprio autor. Cavarero argumenta que não vemos o significado de nossa própria história de vida porque estamos vivendo-a. Por isso, é necessário que outra pessoa conte a nossa própria história, já que ‘no coração de cada um bate a pergunta: Quem sou Eu? e... é necessária uma resposta dada através da narrativa da história de vida contada através de outro sujeito’”. (Cohen-Cruz, idib., p. 106).

Complementa Cohen-Cruz que *“em relatos que contêm alguma forma de opressão social, o narrador não elicit somente sua história de vida, [sua narrativa] pessoal, mas em nome de toda uma classe social sofrendo o mesmo tipo de tratamento desigual”* (p. 107). É nesse fator generalizante da memória individual que surge a memória coletiva, com uma natureza que tem como foco o embate da própria memória histórica (ou História nacional), a fim de rebelar-se contra a mesma e forçar a construção de outros eixos históricos. Poderíamos levantar a

proposta que, ao dar voz a histórias de vida de (i)migrantes, estaríamos reescrevendo o processo migratório sob seus pontos de vista, afastando deles a perspectiva massificante do mesmo, proposta essa que comumente desumanifica o (i)migrante para vê-lo como mais uma peça do sistema, mais um número na tabela.

3.5

(I)migrar para os EUA

O movimento de saída de brasileiros é reconhecido ter-se acentuado na década de 1980, mas as raízes da diáspora apontam para vinte ou trinta anos antes desse período. Em um trabalho estatístico estimativo desenvolvido tanto por órgãos norte-americanos e brasileiros, em 1990 eram por volta de 95 mil auto-declarados brasileiros (além de outros possíveis 9,5 mil sujeitos que declararam ser etnicamente de “outro tipo sul-americano” e “outro hispânico”). Em 2000, os EUA abrigavam por volta de 38% dos emigrados brasileiros (aproximadamente 800 mil indivíduos), sendo o destino principal dos (i)migrantes as regiões metropolitanas de Boston (MA), Nova Iorque/Nova Jersey (NY/NJ), Miami (FL) e San Diego (CA) (Oliveira, 2002). Dados mais recentes apontam que entre 800 mil e 1,3 milhão de brasileiros ainda residam nos EUA — número estimado, que sofreu certa alteração por conta da crise econômica provocada pela bolha imobiliária americana, em 2008 (Margolis, 2013).

Ademais, a análise do movimento migratório perpassa mudanças sociais globais principalmente após os atentados de 11 de setembro aos Estados Unidos. O recrudescimento das políticas nacionais no controle de admissão de estrangeiros, principalmente na Europa e na América do Norte, faz com que o processo migratório encontre alternativas legais e ilegais para a sua realização. Por outro lado, a ilegalidade esbarra em controles para além dos das fronteiras, quando as polícias nacionais e locais passam a focar nos (i)migrantes como possíveis alvos de suas ações anti-terror (Póvoa Neto, 2007).

Um caso emblemático desse tipo de perseguição policial é o do brasileiro Jean Charles de Menezes, abatido pela polícia londrina a caminho do trabalho, na estação

de metrô em Stockwell, em 22 de julho de 2005. A declaração da Scotland Yard levantou um erro de investigação, já que acreditavam estar atrás de um terrorista islâmico de origem árabe. De fato, houve um reconhecimento de culpa por parte da força policial, mas os envolvidos na operação não foram punidos. Tampouco, houve retratação da força policial ou do governo britânico com a comunidade brasileira — o trato foi feito diretamente com a família do jovem¹.

O caso emblemático de Jean Charles serve para ilustrar o que Póvoa Neto (op. cit.) aponta como sendo a mudança da característica do sujeito (i)migrante, que no passado era querido e passa a ser rejeitado, era necessário e agora é dispensável. Considera esse autor que tanto o movimento das economias nacionais (e acrescentaríamos o sistema econômico global/globalizante), quanto as tensões internacionais (tradicionais e contemporâneas) alteram a visão sobre o sujeito que (i)migra. (I)migrantes (considerando aqui, como o autor tipifica, principalmente seu aspecto econômico) e refugiados (que possuem distinções legais) passam a ser considerados ameaçadores, tanto pelo aspecto econômico de sua presença nos países de destino, como pela suas naturezas políticas — afetando o controle e a segurança nacional.

Por outro lado, Patarra (2006), observando os estudos de George Martine (2005) demonstra uma visão mais otimista, já que:

“Em matéria de políticas de migração, a globalização fará cada vez mais necessária a transição do ‘controle migratório’, para a ‘gestão migratória’ em um sentido amplo. Isso não significa que os Estados abandonem sua atribuição de regular a entrada de estrangeiros e supervisionar sua admissão que contemple a permanência, o retorno, a reunificação, a revinculação, o trânsito nas fronteiras e a mudança de pessoas para outros países. A proposta de análise da migração internacional como vantajosa de certa forma minimizam caráter de enfrentamento e ausência de direitos sociais por que passam os migrantes nos países receptores. No entanto, o deslançar dessas proposições está amplamente ancorado na percepção, por parte das sociedades receptoras, das consideradas enormes vantagens dos movimentos migratórios dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos, e ao se despirem de formas veladas de preconceitos e racismo, começarão a apreciar os benefícios que aportam as migrações.” (id., 2006, p. 15; grifo nosso)

Aprofundando no artigo de Martine (op. cit.), inicialmente há uma crítica ao processo capitalista global/globalizante que, segundo o autor, provocam sete

¹ Cf. matéria veiculada na revista Carta Capital, em 22 de julho de 2015 (<http://www.cartacapital.com.br/internacional/ha-10-anos-policia-londrina-matava-por-engano-jean-charles-de-menezes-2913.html>). Acessado em 22 de novembro de 2015.

idiossincrasias importantes para serem levadas em consideração quando analisando o processo migratório na contemporaneidade:

1. O atual processo neoliberal-globalizante é desigual, com uma margem de vantagem significativa para os países ricos — com tendência a ampliar essa desigualdade e, conseqüentemente, os efeitos da disparidade entre abastados e necessitados no mundo;
2. O processo é marcado notadamente por assimetrias, entre elas, “a discrepância entre ‘o discurso dos países desenvolvidos na pregação da abertura das fronteiras dos outros países’ versus ‘a realidade protecionista das políticas praticadas por eles’.” (Watkins, 1999, apud. Martine, op. cit., p. 6)
3. Outra assimetria desenhada no estudo é o poder de barganha entre os países no jogo internacional, em uma falsa ideia de jogos de soma zero, considerando também o discurso de desenvolvimento que só pode ser alcançado através da abertura das fronteiras para o capital, sendo esse um “destino inevitável e desejável de toda a humanidade”. (CEPAL, 2002, apud. Martine, op.cit., p. 7);
4. O tamanho das dívidas dos países em desenvolvimento contra os países desenvolvidos os coloca em situação de subordinação econômica e, por consequência, social e política já que grande parte do PIB dos primeiros existe para pagar os juros dos empréstimos contraídos nos últimos;
5. A diferença técnica e científica entre os países, nos quais a Economia tem o papel de manter à margem tecnológica os países em desenvolvimento, é um elemento de grande importância a ser considerado no processo de diferenciação do mundo contemporâneo, ainda que alguns países do grupo citado tenham algum desenvolvimento científico autônomo, depende, direta ou indiretamente do aval científico internacional, pesando em especial aquele produzido nos grandes centros acadêmicos, localizados nos países desenvolvidos;
6. A volatilidade dos mercados marginais às decisões tomadas nos centros econômicos internacionais coloca os países pobres à mercê dos desejos das bolsas de valores norte-americanas, europeias e da japonesa, que

também influenciam o câmbio das moedas dos países em desenvolvimento, podendo e gerando efeitos nacionais devastadores; e

7. O efeito direto nos processos migratórios, na influência na decisão de migrar, para onde, como e sob quais circunstâncias.

Sobre o elemento 7 acima listado, Martine considera haver certo consenso na literatura a qual acredita que os processos de globalização/globalizadores tenham influência direta no processo migratório, já que permite uma fábula do migrar quando *“estimula as pessoas a abandonar trabalhos tradicionais e a buscar novos lugares”* (p. 8); por outro lado, o autor também considera que as outras seis assimetrias influenciem o movimento migratório. No seu estudo, todas as sete vertentes das sociedades contemporâneas se interrelacionam, em todas as partes do globo (considerando, inclusive, que determinadas assimetrias sejam mais influentes que outras em determinados lugares, mas nenhuma é ausente em nenhuma parte do planeta). É interessante notar que, sobre a relação entre globalização e migração, o fato mais marcante *“é como a migração é limitada e restrita dentro do contexto atual. Na realidade, os quantitativos atuais indicam uma mobilidade bastante menor do que aquela verificada em períodos anteriores”*. (p. 8).

Como essa discussão é permeada de informações advindas de vários pontos-de-vista sobre o processo migratório, fica necessária a organização de um conjunto de ideias e argumentos favoráveis e contrários ao mesmo, com o objetivo de clarificar essas propostas e trabalhar na elucidação das propostas que temos nessa pesquisa. Martine, de forma bem simplificada, lista tais aspectos positivos e negativos do processo migratório, dividindo-os em resultados para os países emissores e receptores, como na Tabela 1, a seguir.

Tais proposições levam a compreender que o processo migratório, quando visto dentro de escalas nacionais e globais, possuem dois lados claramente distintos: a concepção de países receptores ricos e conservadores, que leem o processo migratório majoritariamente pelo seu lado negativo — a destruição da unidade nacional, o uso dos recursos públicos, etc.; por outro lado, os países emissores pobres tendem a analisar principalmente os prós do processo (o aporte das remessas financeiras, a formação de redes de consumo de produtos nacionais, etc.).

Tabela 1 — Aspectos positivos e negativos do processo migratório, para países emissores e receptores, de acordo com Martine (2005)

Aspectos Positivos		Aspectos Negativos	
<i>Países Emissores</i>	<i>Países Receptores</i>	<i>Países Emissores</i>	<i>Países Receptores</i>
Recepção de remessas, que gera dinamismo econômico em lugares específicos	Melhoria da qualidade de vida na redução do custo de vida	“Fuga de cérebros” gera déficit nos recursos humanos qualificados	Conflitos e tensões sociais advindas das diferenças étnicas, linguísticas e/ou religiosas
Maior mobilidade social	Revitaliza sociedades envelhecidas	Perde-se população que geralmente tem característica empreendedora e criativa	Risco da erosão da cultura nacional
Ideias, habilidades e valores transmitidos mais rapidamente, incluindo o país no eixo global de modernização	Recursos humanos qualificados com gastos internalizados por outros países	Perseguição e discriminação (xenofobia) retardam o processo de assimilação	No início, (i)migrantes pressionam os serviços sociais, educacionais e de saúde
Alivia tensões sociais em grupos jovens	Reduz a inflação e aumenta a produtividade pela aceitação das mudanças de mercado	Dificuldades em comunicação e adaptação geram estresse psicológico, perda de identidade e do referencial afetivo	Risco para a segurança nacional e terrorismo
Promove a emancipação da mulher	Aumenta o número de consumidores e contribuintes	É um fator de risco, maior para crianças e mulheres	(I)migrantes competem no mercado de trabalho com os locais, criando tensões

Retornando às discussões propostas por Patarra (op. cit.), entender o processo migratório sob efeito do processo globalizatório/globalizante significa levar em consideração o mundo econômico e seus efeitos, as formas de migração internacional (tradicionais e contemporâneas), a ideia do efeito das cidades globais e, por último, a desterritorialização da identidade social. Dessa premissa, a autora levanta que o processo migratório é composto de historicidade, especificidade, além de tocar na esfera política, o que nos permite ampliar as vozes de vários pesquisadores na tentativa de elucidar os aspectos positivos do processo migratório, que social e economicamente se sobrepõe em termos éticos e financeiros aos ditos aspectos negativos do mesmo processo.

Acrescenta-se a visão de Robert Kurz, *“para quem a situação contemporânea da sociedade mundial passa pelos movimentos migratórios sociais modernos e pelas guerras de ordenamento e ações policiais globais do Ocidente, orientados pelos Estados Unidos”* (Patarra, op. cit, p.14), o que amplia a compreensão dos processos migratórios para além do empuxo economicista. É válido lembrar que, conforme levantado anteriormente, ainda que (i)migrantes que tenham tido seu status de refugiados reconhecidos pela legislação internacional, e portanto, merecedores de acolhimento pelos países de destino, é por motivação econômica e social que esses pedidos de asilo são negados na maioria das vezes, e assim, refugiados são cada vez mais vistos como (i)migrantes — ignorando-se os aspectos que fizeram com que esses indivíduos saíssem de seus países de origem.

Neide Patarra então analisa o relatório gerado pela Comissão Global sobre Migração Internacional, das Nações Unidas (GCIM/UM, 2005), e um outro, pelo Banco Mundial, de título *“Economic Implications of Remittances and Migrations”*, de 2006. Em ambos os documentos, economistas reconhecem que há necessidade de uma visão pautada nos Direitos Humanos quando tratando das políticas migratórias, já que esse pode ser um eixo de combate à pobreza nos países de origem; o atual sistema migratório mundial poderia ser capitalizado e gerar riquezas para ambos os países receptores e emissores; o envio de remessas mundiais capitaneada pelos (i)migrantes permite uma redistribuição de renda em padrões significativamente consideráveis, o que aponta a credibilidade financeira das propostas levantadas nos relatórios.

Em suma, os relatórios, principalmente o do Banco Mundial, levantam a proposta que as discussões sobre a migração internacional seja tratada não só no

âmbito da ONU, em comitês específicos, mas na Assembleia Geral, nas organizações que tratam do sistema econômico mundial, como a OMC, OIT e afins:

“O documento do Banco Mundial, complementar ao do Global Commission, centra-se na questão das remessas dos migrantes de países pobres a países ricos como o aspecto fundamental na governabilidade das migrações internacionais e reforça a ideia de que essas remessas contribuem para o combate a pobreza nos países de origem. Na apresentação do documento, considera-se que o aspecto positivo das migrações internacionais para os países pobres são de três tipos: as remessas, a redução das pressões no mercado de trabalho interno e contatos com mercados internacionais e acesso à tecnologia. Por aí se percebe qual a noção de desenvolvimento que norteia o trabalho; a questão do desemprego nos países em desenvolvimento e o acesso desses países à tecnologia é atribuída às migrações temporárias de contingentes populacionais documentados. É impressionante a consagração, no discurso, da divisão entre os países desenvolvidos e os outros, divisão a se perpetuar, uma vez que, implícito ao documento, a pobreza deve diminuir, mas não se consideram as condições e viabilidades estruturais de desenvolvimento desses países de origem na nova ordem mundial.” (Patarra, op. cit., p. 19-20)

Ainda assim, como forma de dar sustentabilidade ao discurso acima, é interessante notar que, segundo relatório do próprio Banco Mundial, no ano de 2012 os EUA foram responsáveis por 23% de todas os envios financeiros mundiais naquele período (aproximadamente US\$ 123,3 bilhões), sendo o Brasil um dos vinte países que mais receberam esses fundos — uma cifra aproximada de US\$ 1,3 bilhão — naquele mesmo ano².

O outro grande “medo” dos países receptores, que pode ser simplificado pela expressão *domínio cultural* é tratado por Mary Castro (2005) como sendo o fator que daria ao processo de globalização/globalizante um caráter mais humano e honesto, já que desde 1789 se fala em Direitos Humanos (reverberado novamente na criação da Organização das Nações Unidas, em 1948), mas se ignora, completamente, justamente o primeiro artigo, que pode ser traduzido como “o direito de ter voz, e por aí, o reconhecimento da diversidade e do direito dos indivíduos à auto representação de seus direitos” (p. 2).

Segundo essa autora, o direito dos sujeitos (i)migrantes entra em conflito com o direito dos Estados, que seguem uma lógica que não pertence à da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH): enquanto a segunda se baseia nos ideais iluministas e todo um arcabouço que coloca o indivíduo no centro das questões, a primeira hoje é impulsionada pela lógica do capital e do liberalismo. A

² Cf. Pew Research Center. *Remittances Flow Worldwide in 2012*. Disponível em <http://www.pewsocialtrends.org/2014/02/20/remittance-map/>. Acessado em 18 de janeiro de 2016.

lógica dos Estados é contraditória ao da DUDH, mas não a anula, já que também necessita dela para sustentar o ideário liberal. Essa última cria uma nova noção de cidadania (burguesa), que impede o desenvolvimento de outras formas de cidadania, inclusive a ativa, formulada por Gramsci. Entende-se que a cidadania ativa seria aquela em que as questões relacionadas ao gênero, à sexualidade, à etnia, à raça e à nacionalidade não seriam somente vivenciadas por grupos sociais, mas por toda a sociedade, através de “linguagens culturais e políticas” em comum. Adicionamos o conceito de cidadania cultural, onde os sujeitos celebram a multiculturalidade de suas sociedades em todos os níveis, afim de provocar uma hibridização dos valores, dos conhecimentos e das várias visões de mundo que uma sociedade pode ter (p.3).

3.6

Entre o Empírico e o Teórico

As histórias de vida reportadas neste capítulo buscaram estabelecer relacionamento com a história narrada pelo autor no capítulo anterior, demonstrando como, independentemente da visão de mundo de cada um dos narradores, as mesmas se interrelacionam pelas circunstâncias vividas e pelas interseções temporais/espaciais. É possível estabelecer relacionamentos também com outros estudos que analisam o movimento migratório do Brasil para os EUA: os sujeitos narradores não estão desvinculados dos contextos regionais, nacionais e globais. É perceptível como a estrutura da diáspora brasileira tem relação com as histórias de vida — S. buscava experiência profissional para aumentar suas chances de empregabilidade no Brasil, além de ter trazido consigo certa quantia economizada nos EUA; M. pretendia voltar, mas resolve ficar e acaba por se naturalizar americana.

A relação entre a memória coletiva e a memória histórica traz a relação temporal para o centro da discussão, alinhando as histórias de vida com o contexto analisado por outros autores/artigos que tratam da (i)migração brasileira já que a

autobiografia possui um lado político significativo, como resposta à massificação dos estudos de processos migratórios.

Agora cabe demonstrar a relação entre algumas correntes de estudo sobre o processo migratório e as experiências até aqui coletadas, com o intuito de revisitá-las, compreendê-las e adicionar, na análise do processo, a nossa visão sobre como ele deveria ser compreendido: na sua totalidade, na sua complexidade e, ao mesmo tempo, na perspectiva que inclua o sujeito (i)migrante como eixo principal de observação do processo, humanizando a (i)migração e desconsiderando os números estatísticos como norteadores da pesquisa (i)migratória.